



NÃO É AMOR!
DIÁLOGOS FEMINISTAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO DESDE A
INFÂNCIA.

Eixo 11 - Epistemologias Feministas E Estudos Das Mulheres: Gênero, Sexualidade
E Diversidade

Andrea Braga Moruzzi¹
Denise Aparecida de Paulo Ribeiro Leppos²
Laura Rodrigues Paim Pamplona³
Katiane Correia da Silva Goulart Esiquiel⁴
Layla Gonçalves Hatab Gama⁵
Vanessa Medianeira da Silva Flôres⁶

RESUMO

Este trabalho visa apresentar uma interlocução com o material chamado “Será que é amor? CARTILHA SOBRE O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES”, produzida pelo espaço Feminismos Plurais, coordenado pela pesquisadora e Feminista negra Djamilia Ribeiro. O objetivo é produzir um conjunto de reflexões a respeito da violência, com ênfase na infância, no intuito de auxiliar profissionais que atuam com crianças em escolas ou fora delas, a trabalharem em uma

¹ Professora Dra do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Docente do curso de pedagogia da UFSCar. Líder do grupo de Pesquisa InFemis - Infância e Feminismos. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. andreamoruzzi@ufscar.br

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. de_depaula21@hotmail.com

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, laurarppamplona@gmail.com

⁴ Mestranda no no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. katianepsico@yahoo.com.br

⁵ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. layla.hatab@ifes.edu.br

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. vanessaf.educ@gmail.com



perspectiva que as eduquem para reconhecerem, não aceitarem, não naturalizarem e sobretudo, não viverem a violência de gênero. Parte-se do entendimento de que o tratamento sexista e as violências de gênero iniciam-se na infância, com atitudes que variam, desde a segregação de brincadeiras - para meninas, focadas nos aprendizados domésticos e de cuidados e, para meninos, focadas na ação, na liderança e no movimento físico - às punições de comportamentos às meninas e aceitação da violência por parte dos meninos. Para estabelecermos esse diálogo, movemos os dispositivos legais que já criminalizam a violência contra crianças, intercalados com os dados que quantificam e qualificam a natureza dessa violência. Se, apesar das leis, as violências persistem, prolongando-se até a vida adulta, não podemos desconsiderar a responsabilidade que a educação tem sobre o fenômeno. Nesse âmbito, trabalhamos na chave dos feminismos negros e da sociologia da infância, os quais nos dão pistas importantes para movermos uma educação em prol da equidade de gênero e contra qualquer forma de violência.

Palavras-chave:

Palavras-chaves: Pedagogia Feminista, Infância, Gênero, Educação Infantil, Feminismos

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma interlocução com o material chamado “Será que é amor? Cartilha sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres”, produzida pelo espaço Feminismos Plurais, coordenado pela pesquisadora e Feminista negra Djamila Ribeiro. Procuramos produzir um conjunto de reflexões a respeito da violência, com ênfase na infância, no intuito de auxiliar profissionais que atuam com crianças em escolas ou fora delas, a trabalharem em uma perspectiva que as eduquem para reconhecerem, não aceitarem, não naturalizarem e sobretudo, não viverem a violência de gênero.

A Cartilha é desenvolvida no intuito de criar mecanismos de proteção às mulheres que sofrem violência e de forma ampla, analisa, problematiza, informa sobre as diferentes formas de violência, bem como, orienta sobre os caminhos possíveis para se libertar dos ciclos de violência que se repetem na vida de muitas mulheres. O material destaca a importância de nomear as diferenças nas formas de vivenciar a violência - violência psicológica, moral, física, patrimonial, sexual, virtual, perseguição e violência obstétrica, e destaca como estas formas se relacionam diretamente com questões raciais, de classe, religião, condição física (mulheres com deficiência), etc, marcando como esses



atravessadores intensificam e particularizam as violências vividas. Compreende-se que nomear essas violências é tão importante quanto compreender a gênese desse fenômeno, o qual percebe-se estar inserido na educação de meninas e meninos desde a infância.

AS LEIS QUE PROTEGEM

A Lei “Maria da Penha”⁷, criada em 2006, é a que temos hoje como referência que ampara as medidas protetivas de violência contra mulheres. É esta Lei que criou um conjunto de mecanismos para mobilização contra violência doméstica, de gênero e familiar, assegurando ações diversificadas e multidisciplinares contra a violência, prevendo formas de acolhimento de proteção das vítimas, incluindo todas as mulheres (mulheres negras, indígenas, brancas, transsexuais, lésbicas, quilombolas, ribeirinhas, urbanas, rurais, imigrantes, ciganas, deficientes, jovens, idosas, com ou sem condições econômicas, etc), e garantindo medidas protetivas de urgência com aparatos públicos que possam acolher e proteger as vítimas.

Em relação às crianças, é o Estatuto da Criança e do Adolescente⁸, criado em 1990 que, em coro com muitos órgãos internacionais, dispõe sobre a proteção integral das crianças e dos adolescentes, colocando-os como cidadãos com direitos fundamentais. Tal Lei foi ao encontro da Constituição de 1988⁹, primeira em trazer crianças e adolescentes como cidadãos com direitos fundamentais. Instituídas em 2024, as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil trazem

⁷ Popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 22 abr. 2025

⁸ O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado por meio da Lei nº 8.069, em 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 22 abr. 2025.

⁹ Aprovada em 05 de outubro de 1988, foi a primeira Constituição Brasileira a reconhecer direitos das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, populações indígenas, sendo conhecida como Constituição Cidadã. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 22 abr. 2025



questões importantes para refletirmos sobre as infâncias no Brasil e nos convocam a debater e a pensar sobre as diferenças e a igualdade de gênero.

DIÁLOGOS FEMINISTAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO DESDE A INFÂNCIA

Embora tenhamos já um conjunto de dispositivos legais que nos ajudam e nos amparam em ações para igualdade na educação de meninas e meninos, bem como, para sua proteção e integridade física, há valores e ideias que perpassam as práticas pedagógicas ou nas ações educativas que, se alinhados com os debates feministas, poderiam superar a produção de estereótipos arraigados em nossa cultura machista e misógina (Moruzzi, 2025). Destacamos nesse diálogo com os feminismos, duas importantes feministas negras que nos ajudam a pensar em uma educação em prol da equidade desde a infância: bell hooks e Chimamanda Ngozi Adiche, ambas feministas negras. bell hooks (2019) nos ensina sobre os feminismos negros, chama atenção para a sororidade necessária entre as mulheres, problematiza a violência e a cultura que perpetua essa violência, bem como, nos mobiliza a pensar em formas de se educar as crianças a partir da ideia de uma “parentalidade revolucionária”, o que faria com que homens e mulheres fossem responsáveis pela divisão das tarefas domésticas e de cuidados com os filhos, inspirando também as crianças a compreenderem essas tarefas não como algo natural das mulheres, mas como algo a ser partilhado e dividido igualmente entre os responsáveis. bell hooks também tem inspirado com suas produções de livros infantis, voltados para crianças pequenas, com representações positivas de crianças meninas negras.

Chimamanda (2019) também traz reflexões convergentes ao problematizar a maternidade e a necessidade de uma partilha verdadeira no cuidado com as crianças. A autora nos ensina a jamais dizer para as meninas que elas não podem fazer isso ou aquilo



porque são meninas. Chama a atenção para os “Feminismos Leves”, que é aquele que usa expressões do tipo - deixar, permitir, autorizar as mulheres à qualquer coisa, ou ainda, elogia com tendências estereotipadas “ele é a cabeça, mas você é o pescoço”, “por trás de um grande homem sempre há uma mulher”, etc. Para ela, é preciso ensinar a questionar a raiz da linguagem que é sexista, racista, impregnada de preconceitos e discriminação. Já existe muita produção sobre a linguagem e expressões racistas, mas pouco ainda se discute sobre a linguagem sexista (princesa, meiga, delicada, ajudar a esposa, etc). Chimamanda mostra que, a ideia de que as mulheres são frágeis, indefesas, delicadas, leva ao entendimento de que elas precisam ser protegidas por outros homens, e rebate, as mulheres e meninas não precisam ser protegidas, só precisam ser tratadas como iguais. O matrimônio e a maternidade também precisam ser problematizadas como realização pessoal das meninas e o “tornar-se mulher” como parte inerente dessa realização. O sobrenome que muitas mulheres carregam e que são provenientes do marido, é uma característica da anulação da identidade da mulher quando se une ao homem. Porque homens e mulheres não aderem a um novo sobrenome, por exemplo, ou porque não se deixa livre o nome que se quer adotar? Há uma imensa energia desnecessária despendida sobre esse assunto. Outro aspecto é a necessidade de agradar, ser gentil, delicada, “boazinha” que é ensinada para as meninas. Esse aspecto é fundamental pois ao ensinarmos isso, não mostramos que elas podem ser autênticas, que podem e devem dizer NÃO, que podem e devem dizer quando não se sentirem bem, quando não estiverem confortáveis, etc. Devemos ensinar, ao contrário, as meninas a serem honestas com elas mesmas, e na mesma proporção, devemos ensinar os meninos a aprenderem a ouvir o NÃO que as meninas irão dizer. Observamos aqui que os feminismos são uma mudança de perspectiva de valores e ideias que afetam a vida de homens e mulheres, e que não se trata de um movimento contra homens, mas de um movimento contra todas as formas de opressão e produção de desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido, é preciso também compreender as mulheres não só como vítimas, mas como parte de uma engrenagem de sistema de opressão.



Ainda com Chimamanda Ngozi Adiche observa-se a necessária valorização da identidade e do pertencimento étnico cultural das crianças, tal como faz bell hooks nos seus livros de literatura infantil, mas alerta que a aparência não deve ser motivo de julgamento moral. Ser menina não necessariamente significa ser feminina, nem tampouco ser feminista signitiva não ser feminina. É necessário desassociar a aparência do gênero ou da orientação sexual, o que é algo totalmente em elaboração quando crianças. A ideia de que tudo está numa essência, que é por sua vez, biologicamente determinada, também deve ser problematizada, pois essa é na verdade, a gênese dos feminismos.

Chimamanda Ngozi Adichie observa ainda a necessidade de conversar com as crianças sobre sexo, sobre o corpo e sobre a sexualidade. O silêncio é um artefato poderoso da violência. Quando não se fala sobre, não se aprende sobre e não se reconhece situações perigosas, por essa razão é tão defendida a ideia de que não se deve discutir gênero na escola. Falar de forma camuflada, entre segredos e apelidos para as partes íntimas do corpo também não é o recomendado pois estaremos estimulando as crianças a sentirem vergonha sobre qualquer assunto relacionado à sexualidade e até mesmo a considerá-la como algo ruim, que deve ser escondida ao invés de dialogada, aberta e vista com naturalidade. Por fim, a autora nos mostra como a diferença deve ser valorizada, positivada e afirmada, sem que isso se torne uma desigualdade futura. As pessoas são diferentes, e é isso que precisamos ensinar. Não há universalismos em que caiba toda diferença existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A violência constitui um fenômeno estrutural profundamente enraizado na sociedade brasileira, sustentado por uma cultura que não apenas a normaliza, mas a reproduz cotidianamente. Trata-se de uma cultura patriarcal e adultocêntrica, na qual a violência sobre mulheres e crianças se manifesta como expressão de dominação e controle, sendo legitimada por normas, valores e práticas que naturalizam o sofrimento

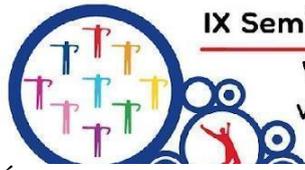


desses sujeitos (Abreu, 2020). Nesse contexto, a violência deixa de ser um ato isolado e passa a ser compreendida como um mecanismo socialmente aceito de resolução de conflitos, imposição de poder e manutenção de hierarquias. No caso das crianças, a situação é ainda mais grave. A infância, muitas vezes, é percebida como um estágio de incompletude, o que justifica, culturalmente, práticas de controle, silenciamento e submissão. A violência contra crianças, portanto, não ocorre apenas em episódios extremos, mas também em microviolências cotidianas que se expressam no desprezo por sua autonomia, voz e corporeidade. Conforme Chauí (1989), a violência consiste na “coisificação do outro”, ou seja, na negação de sua condição de sujeito. Sob essa lógica, o corpo da criança é frequentemente transformado em objeto, perdendo sua condição humana, no que Chauí denomina de “objetalização da infância e da adolescência”.

Este trabalho procurou refletir sobre essas múltiplas violências sofridas por crianças, muitas que ocorrem sob o manto do amor materno, paterno, familiar, etc, e que vem corroborando com essa objetificação da criança, com o sexismo e com a produção de desigualdades. Trazemos nesse sentido a proposição de que “Não é amor”, e apontamos a forma pela qual os debates feministas tem nos ajudado a nomear essas situações, a analisá-las em suas especificidades, com olhares interseccionais sob as formas de opressão, indicando ainda caminhos para superação e transformação dessas realidades, em busca da igualdade e da equidade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, L. O. **Pedagogia feminista no território escolar: devires cartográficos no enfrentamento da violência sexual infantil**, 2020. Cartografia de Afetos. (Mestrado em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

CHAUÍ, M. **Produtividade e Humanidades**. Tempo Social, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 2, p. 45–71, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84766>. Acesso em: 14 abr. 2025

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MORUZZI, Andrea. **Feminismos em Educação: das margens aos centros epistemológicos dos estudos da infância**. São Paulo: Editora Dialética, 2025. 124 p.